

Não passa, certamente, pela cabeça do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, resumir a estratégia de seu governo à chamada "política dos governadores". É legítima, no entanto, a projeção que coloca nas mãos de governadores eleitos pelo PSDB, e agregados de outras legendas, força aliada substancial a autorizar otimismo quanto ao êxito da missão reformista de seu governo. As circunstâncias da presente eleição tornam a possibilidade de um pacto político entre o presidente e os governadores estrategicamente mais importantes tão próxima como jamais registrou nossa história política.

Não são aliados incondicionais do presidente eleito apenas os governadores vitoriosos do PSDB, embora estes desenhem um mapa geopolítico e econômico fortíssimo, traçado entre Rio (Marcello Alencar), Minas (Eduardo Azeredo) e São Paulo (Mário Covas), para ficar apenas nos três mais importantes, e sem falar em Tasso Jereissati, no Ceará. Fernando Henrique contará ainda com o apoio de governadores que já vêm sendo chamados de agregados. Entre esses, têm importância capital, Antônio Britto (PMDB-RS), Jaime Lerner (PDT-PR), Paulo Afonso (PMDB-SC), Wilson Martins (PMDB-MS), Dante de Oliveira (PDT-MT), Roseana Sarney (PFL-MA) e Vitor Buaiz (PT-ES).

Há outros aliados, nem tão incondicionais, como o governador da Bahia, Paulo Souto (PFL), mas que fazem parte da aliança que elegeu Fernando Henrique. O eleitorado produziu um resultado político de sustentação ao Plano Real, mais ou menos como fez no Plano Cruzado, que deu ao PMDB, via Sarney, 22 governadores. Naquela época, claro, um contingente heterogêneo que deu no que deu. O que Fernando Henrique tem, agora, no entanto, é um bloco homogêneo que chega junto ao poder em torno de um projeto nacional em torno do qual se julgam unidos há anos.

Os dois grandes desafios a essa homogeneidade de pensamento, se darão, pela ordem, quando começar a operação de saneamento das finanças estaduais — penduradas no déficit de bancos e empresas estaduais — e o pacto federativo. O primeiro caso já levou o Banco Central a mandar recado aos eleitos, no sentido de que terá de haver uma opção de salvamento. Quer dizer o BC que os eleitos terão de escolher qual a privatização a viabilizar esse saneamento — se dos bancos ou das estatais estaduais.

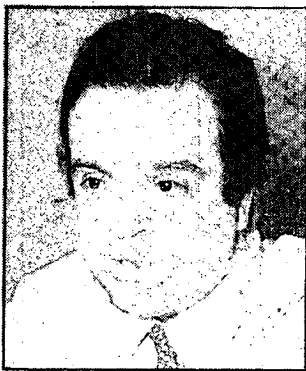
Com relação ao pacto federativo, o ponto emergencial é o da negociação que, tendo como preliminares a autonomia política e administrativa dos Estados, distribua adequadamente

os tributos, receitas dos tributos e encargos administrativos. É questão que se arrasta, de forma mais concreta, desde 88, quando a Constituinte fez de forma parcial essa distribuição, que, na prática, penalizou o governo federal, que perdeu receitas e manteve encargos.

Mesmo com esse amplo arco de alianças, e por mais abnegada que seja a intenção dos governadores, não é negociação fácil. Fernando Henrique não poderá abdicar

da negociação institucional com os partidos e lideranças do Congresso Nacional e nem dos canais abertos com a sociedade, mas sem dúvida está ao seu alcance uma poderosa arma para abrir caminho às reformas, que é a política dos governadores.

A expectativa mínima que se faz é a de que se esteja por assistir ao fim de uma cultura de governadores que primou, sempre, pelo jogo da pressão e do constrangimento políticos, para obter dividendos eleitorais e pessoais. Os governadores agora eleitos chegam ao poder em substituição a velhos caciques políticos que o eleitor decidiu aposentar, fornecendo, pela primeira vez, condições políticas positivas para uma mudança maior. A causa desses governadores e do presidente eleito, pelo menos agora, é comum.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Está ao alcance de Cardoso uma poderosa arma para abrir caminho às reformas